

O PAPEL DA EDUCAÇÃO ESCOLAR NA ADESÃO À DEMOCRACIA

Kimi Tomizaki

Resumo

Trata-se de um ensaio teórico, com possíveis implicações metodológicas, a respeito dos estudos da área de educação que se interessam pelos efeitos dos processos educativos na consolidação dos projetos democráticos nacionais e globais. Assim, a partir dos resultados de pesquisas empíricas e discussão bibliográfica, tematizaremos o papel da educação escolar na adesão dos cidadãos e cidadãs às práticas e valores democráticos. Partimos da hipótese de que as percepções, quadros de avaliação e tomadas de posição política estão relacionados, entre outros elementos, ao modo como as pessoas e grupos avaliam as possibilidades e/ou limites de realização dos seus projetos intergeracionais de transmissão de posições sociais. Trata-se, assim, de uma abordagem pouco usual sobre a constituição dos comportamentos políticos na medida em que relaciona tais comportamentos à realização ou frustração de projetos intergeracionais de mobilidade social ascendente (no caso da classe trabalhadora), que se materializam, de maneira mais evidente, em investimentos no alongamento da escolarização ou formação profissional das futuras gerações, tendo em vista garantir “lugares mais vantajosos” na escala sócio ocupacional. Assim, propõe-se que a análise dos comportamentos políticos, em especial à adesão (ou repulsa) à democracia, esteja articulada, entre outros aspectos, também à percepção que pessoas e grupos fazem do rendimento das certificações escolares no mercado de trabalho, portanto, do papel que esses diplomas podem (ou não) exercer na realização de seus projetos individuais e familiares de caráter profissional e econômico.

Palavras-chave: gerações; escolarização; trabalho; democracia; comportamento político.

THE ROLE OF SCHOOL EDUCATION IN ADHERING TO DEMOCRACY

Abstract

This is a theoretical essay, with possible methodological implications, regarding studies in the area of education that are interested in the effects of educational processes on the consolidation of national and global democratic projects. Thus, based on the results of empirical research and bibliographical discussion, we will address the role of school education in the adherence of citizens to democratic practices and values. We start from the hypothesis that perceptions, assessment frameworks and political positions are related, among other elements, to the way in which people and groups assess the possibilities and/or limits of carrying out their intergenerational projects of transmitting social positions. This is, therefore, an unusual approach to the constitution of political behaviors insofar as it relates such behaviors to the realization or frustration of intergenerational projects of upward social mobility (in the case of the working class), which materialize, in a more evidently, in investments in extending the schooling or professional training of future generations, with a view to guaranteeing “more advantageous positions” on the socio-occupational scale. Thus, it is proposed that the analysis of political behaviors, especially adherence to (or rejection of) democracy, be linked, among other aspects, to the perception that individuals and groups have of the performance of school certifications in the job market, and therefore, of the role that these diplomas may (or may not) play in the realization of their individual and family projects of a professional and economic nature.

Keywords: generations; schooling; work; democracy; political behavior.

EL PAPEL DE LA EDUCACIÓN ESCOLAR EN LA ADHESIÓN A LA DEMOCRACIA

Resumen

Este es un ensayo teórico, con posibles implicaciones metodológicas, respecto de estudios en el área de educación que se interesan por los efectos de los procesos educativos en la consolidación de proyectos democráticos nacionales y globales. Así, a partir de los resultados de la investigación empírica y la discusión bibliográfica, discutiremos el papel de la educación escolar en la adhesión de los ciudadanos a las prácticas y valores democráticos. Partimos de la hipótesis de que las percepciones, los marcos de evaluación y las posturas políticas están relacionados, entre otros elementos, con la forma en que las personas y grupos valoran las posibilidades y/o límites de llevar a cabo sus proyectos intergeneracionales de transmisión de posiciones sociales. Es, por tanto, un enfoque inusual de la constitución de comportamientos políticos en el sentido de que relaciona dichos comportamientos con la realización o frustración de proyectos intergeneracionales de movilidad social ascendente (en el caso de la clase trabajadora), que se materializan, de una manera más evidente, en inversiones para ampliar la escolarización o la formación profesional de las generaciones futuras, con vistas a garantizar “lugares más ventajosos” en la escala sociolaboral. Por lo tanto, se propone que el análisis del comportamiento político, especialmente la adhesión (o repulsión) a la democracia, se vincula, entre otros aspectos, a la percepción que personas y grupos tienen del desempeño de las certificaciones escolares en el mercado laboral, por lo tanto, del papel que estos diplomas pueden (o no) jugar en la realización de sus proyectos individuales y familiares de carácter profesional y económico.

Palabras clave: generaciones; escolaridad; trabajo; democracia; comportamiento político.

ESCOLA, DEMOCRACIA E FUTURO DE CLASSE: TECENDO FIOS

O crescimento mundial de movimentos e partidos identificados com o campo da extrema direita no século XXI, que têm inclusive alcançado posições de poder pela via eleitoral em contextos de democracia representativa, é uma realidade desconcertante que, de acordo com alguns autores/as, marca um processo de recuo das democracias no Ocidente, justamente no sentido contrário ao movimento de generalização dos regimes democráticos após a Segunda Guerra Mundial. Assim, em que pese o fato de que os ditos “regimes democráticos” do Ocidente devam ser compreendidos como um conjunto de experiências e arranjos muito heterogêneos, o ciclo que parece estar se fechando diz respeito ao encerramento de um período histórico no qual a democracia representativa assumiu o *status* de “melhor regime político possível” nas sociedades capitalistas (Weffort, 1984; Bobbio, 2000, 2011; Dardot; Laval, 2016; Miguel, 2016, 2017a, 2017b, 2018).

Neste contexto, uma das questões muito debatidas diz respeito aos efeitos dos processos educativos, especialmente a escolarização, sobre a formação dos comportamentos políticos de cidadãos e cidadãs. Como já discutido em publicações anteriores, acreditamos que os modos como indivíduos e grupos percebem e reagem a acontecimentos de “natureza política” podem ser considerados, entre outros fatores, também como resultado dos processos educativos desenvolvidos em variadas instâncias socializadoras, tais como família, escola, trabalho, igreja, sindicatos, partidos, bairros, espaços associativos, etc. (Tomizaki; Carvalho-Silva; Silva, 2016; Carvalho-Silva; Tomizaki, 2021).

A bibliografia especializada aponta que a adesão dos cidadãos à democracia depende, de um lado, do sistema de opiniões e preferências políticas, que pode ser mais ou menos coeso e explícito, dependendo da fração de classe a que estamos nos referindo, e que se sustenta sobre um

sistema de valores e crenças mais amplo a respeito de todo o mundo social e seu funcionamento, o que lhe garante certa persistência no tempo e organização em normas e práticas, nos termos discutidos por Percheron (1985, 1987, 1988, 1993) em seus trabalhos sobre socialização política. E de outro lado, a adesão à democracia também ficaria condicionada à capacidade de o regime democrático se mostrar eficaz e justo na garantia do acesso aos direitos fundamentais, às condições dignas de vida e, portanto, à sua capacidade enfrentamento das desigualdades sociais, econômicas e culturais; destacando ainda que a dita “adesão à democracia” precisa ser pensada a partir de diferentes níveis de engajamento e pela multiplicidade de entendimentos a respeito “práticas” ou “valores democráticos” (Fuks *et al.*, 2016; Fuks; Casalecchi; Ribeiro, 2019; Gimenes; Borba, 2019).

No que diz respeito à socialização política, que pode ser definida como o processo de aquisição de opiniões, atitudes, conhecimentos e preferências políticas, é preciso destacar que essa não pode ser concebida de modo separado dos “[...] processos gerais de formação de crenças concernentes à existência, às relações com o outro, às hierarquias sociais e às regras de comportamento, bem como à significação moral e religiosa dos atos” (Lagroye, 2006, p. 422). Logo, enquanto as diferentes instâncias socializadoras formam os quadros cognitivos e afetivos de percepção e avaliação do mundo social, também constituem nos indivíduos os comportamentos políticos e/ou os comportamentos em relação à política, de modo que tais processos podem constituir um amplo e rico campo de pesquisas para os estudiosos dos processos educativos (Percheron, 1993; Ihl, 2002; Muxel, 2008, 2014, 2015).

E no que tange especificamente ao papel da educação escolar na formação de cidadãos aderentes aos valores e práticas democráticas, podemos dizer que havia até muito pouco tempo uma espécie de “consenso” entre áreas de estudo como a educação, a ciência política e a sociologia de que o aumento da escolarização da população dos países ocidentais tenderia a ampliar as atitudes de participação política e apoio à democracia. No entanto, o incontestável aumento, em diferentes países, de indivíduos e grupos mais escolarizados contrários aos princípios democráticos, notadamente aqueles que têm sustentado o crescimento de organizações e partidos de extrema-direita, tem indicado a necessidade de pesquisas que aprofundem a discussão deste “consenso”. Schlegel (2010), por exemplo, há mais de uma década já apontava em sua pesquisa de doutorado que, no Brasil, a correlação entre aumento de escolaridade e valorização da democracia vinha perdendo força, e apontava para a necessidade de se considerar outras dimensões do acesso à escola, tais como a qualidade do ensino, os efeitos geracionais e o ambiente educacional como determinantes das possibilidades e limites para que a experiência escolar pudesse se reverter em uma educação para a democracia (Schlegel, 2013, 2021).

Tendo em vista contribuir com esse debate, temos pautado nossas pesquisas na hipótese de que a análise das correlações entre o alongamento da escolarização e os comportamentos políticos, em especial a adesão ou a repulsa à democracia, não pode ignorar que a conquista de determinadas certificações escolares, sobretudo para a classe trabalhadora ou para as classes populares, invariavelmente vem acompanhada de uma série de expectativas sobre o rendimento dessas credenciais escolares no mercado de trabalho. Em outras palavras, os efeitos da escolarização não podem ser devidamente analisados se não considerarmos que, por trás dos esforços (individuais e familiares) de alongamento da escolarização das novas gerações, em geral, há um projeto de inserção profissional e de acesso a melhores posições sociais ou, pelo menos, de manutenção da posição atual. Baseando-nos nessa hipótese, temos desenvolvido pesquisas empíricas que visam discutir como a formação dos comportamentos políticos está atrelada aos processos de transmissão e herança de determinadas posições sociais. Trata-se, assim, de uma

abordagem pouco usual sobre a constituição dos comportamentos políticos na medida em que relaciona tais comportamentos à realização ou frustração de projetos intergeracionais de mobilidade social ascendente (especialmente no caso da classe trabalhadora), que se materializam, de maneira mais evidente, em investimentos no alongamento da escolarização ou formação profissional das futuras gerações, tendo em vista garantir “posições mais vantajosas” na escala sócio ocupacional. (Tomizaki; Silva, 2021)

No livro com o sugestivo título “O destino vem do berço? Desigualdade e reprodução social”, Peugny (2014), autor que tem se dedicado à discussão dos efeitos da mobilidade social descendente e da imobilidade social sobre as posições políticas da classe trabalhadora francesa, discute as graves consequências políticas para a escola pública e republicana francesa diante da constatação de que a mobilidade social parece estar estagnada na França há algumas gerações (Peugny, 2006, 2013). Em termos concretos, o autor propõe que se discutam os efeitos sobre o interesse e a dedicação dos/as alunos/as ao projeto escolar, especialmente aqueles/as oriundos/as das classes mais desfavorecidas, quando não há perspectivas concretas de que as certificações escolares se revertam em bons resultados em termos de inserção no mercado de trabalho, que lhes permita, por exemplo, superar as posições sociais de seus pais, dito de um modo mais provocativo: que papel pode ter a escola nas trajetórias de crianças e jovens quando o destino já vem definido desde o berço?

Pois agora é a intensidade da reprodução das desigualdades que ameaça a coesão social. Esse grau de imobilidade interpela nossa democracia e a República. Esse determinismo do nascimento, em uma sociedade que eleva a mobilidade e a autonomia dos indivíduos a valores extremos, derruba a confiança nas instituições. A desconfiança, particularmente forte na França, assim como o pessimismo dos franceses, deve ser interpretada pelo prisma da reprodução massiva das desigualdades. Como se projetar para o futuro, se o destino parece determinado desde a mais tenra idade? Como se sentir cidadão, se as trajetórias excepcionais de alguns indivíduos não conseguem mais dissimular a condenação social de outros milhões? (Peugny, 2014, p. 117)

Diante deste quadro, acreditamos que a compreensão do papel da escola no desenvolvimento de posições de defesa e participação na democracia brasileira passa, incontornavelmente, pela compreensão do lugar que essa instituição tem assumido nos projetos intergeracionais de famílias em diferentes extratos de classe no Brasil. Assim, não seria possível discutir as relações entre educação escolar e democracia sem discutir o papel da escola na redução das desigualdades sociais, econômicas e culturais em nosso país, ou melhor, em qualquer país, como aponta a reflexão acima sobre a França.

Para Miguel (2022), a questão da garantia da igualdade no interior da democracia é um ponto que mobiliza ainda muita discussão, visto que enquanto a igualdade política se expressaria mais facilmente pelo direito ao voto (para cada homem ou mulher, um voto), ela não chega a garantir a expressão plena dos direitos políticos, o que passa necessariamente pela igualdade de acesso a outros direitos fundamentais, como educação, moradia, saúde, cultura, arte, tempo livre, etc. De acordo com autor, há quatro intersecções básicas entre democracia e igualdade: (i) a democracia pressupõe a igualdade de valor, competência e racionalidade entre todos e todas que participam do jogo democrático; (ii) a democracia “produz” igualdade (política) na medida em que todos e todas têm direitos idênticos perante a lei, o que acaba por mascarar as desigualdades sociais e econômicas; (iii) o ocultamento das desigualdades entre as pessoas, por sua vez, tende a apagar o fato de que a democracia é permeável às desigualdades sociais; (iv) por fim, a democracia é

instrumental na luta contra as desigualdades, visto que ela pode garantir as condições para que os grupos dominados se organizem e usem a seu favor a igualdade política forma, tendo em vista ampliar seu acesso aos direitos.

Acreditamos que essa discussão apresentada pelo autor é fundamental porque situa os regimes democráticos em um ambiente de tensionamentos e limitações que são próprios e inerentes à democracia representativa em uma sociedade capitalista e, ao mesmo tempo, destaca seu caráter instrumental (e imprescindível) para a luta daqueles/as que se encontram em posições desfavorecidas:

A democracia é um modo de dominação política, mas não se superpõe a um mundo social desabitado, e sim a um mundo estruturado pela dominação capitalista (e também pela dominação masculina e pelas hierarquias raciais). É uma forma específica de gestão do Estado, mas este não é um ente abstrato e sim um Estado capitalista. Os cidadãos dotados de direitos políticos não são criaturas incorpóreas e sim pessoas concretas, com sua situação no mundo determinada por fatores como a posição nas relações de produção e o acesso à propriedade, o gênero e a sexualidade, a origem étnica e a cor da pele. Para entender o funcionamento das democracias realmente existentes, é preciso entender qual é o significado da acomodação entre suas regras e a vigência de profundas desigualdades – de riqueza, de classe, de gênero, de raça e outras – que impactam a capacidade de ingresso na esfera pública e de produção e defesa dos próprios interesses.” (Miguel, 2022, p. 11-12)

Considerando, assim, que apesar de suas limitações e contradições, os regimes democráticos representativos podem possibilitar a garantia formal de uma série de direitos básicos e fundamentais à dignidade humana que, por sua vez, pode se desdobrar em garantia efetiva de tais direitos por meio da disputa entre os grupos antagônicos no campo político, a consolidação dos regimes democráticos torna-se uma tarefa política e ética com a qual o mundo acadêmico pode (e deve) contribuir muito.

Dessa forma, dado que a consolidação dos regimes democráticos exige que parte significativa dos cidadãos e cidadãs das sociedades defendam e participem ativamente das democracias nacionais e, sobretudo, percebam os riscos embutidos em propostas, movimentos, partidos e lideranças do campo da extrema direita, que podem desestabilizar os ritos democráticos e conduzir à retirada de direitos e à vulnerabilização de determinados grupos sociais, faz-se necessário (e urgente) aprofundar a compreensão dos mecanismos que podem conduzir à adesão ou ao desencantamento com a democracia representativa.

Baseando-nos nos resultados de pesquisas empíricas sobre determinados extratos da classe trabalhadora brasileira, nas quais temos realizado mapeamentos e análises de sistemas de opiniões e preferências políticas, destaca-se que a defesa da democracia só faz sentido para os cidadãos “comuns” (não engajados no campo político) quando essa deixa de ser uma abstração ou a defesa de um princípio geral de funcionamento do sistema político, cujos efeitos não são claramente perceptíveis em seu cotidiano. Embora uma ampla maioria dos sujeitos das pesquisas declare sua predileção pela democracia representativa em contraposição a um regime ditatorial, sobretudo, por conta da possibilidade de escolher em eleições periódicas seus/suas representantes políticos, o que qualificaria o “bom funcionamento” do regime democrático diz respeito à garantia de acesso aos direitos fundamentais, com destaque para saúde, educação e emprego. Assim, não seria exagero afirmar que a existência de um “projeto escolar bem-sucedido” (aqui entendido como um projeto que é capaz de forjar a aderência das famílias e estudantes em torno da construção de projetos de

futuro associados à ampliação da escolarização e formação profissional, tendo em vista o acesso a determinados postos de trabalho), é um elemento fundamental para que uma sociedade estabeleça as condições para que seus/suas cidadãos/ãs se impliquem na defesa da democracia, entendida como um sistema político que oferece melhores horizontes de futuro às novas gerações.

Sumariamente, trata-se de defender que, no que tange ao papel da educação escolar e sua articulação com a defesa da democracia, cabe aos estudos dar maior ênfase à interpretação que cidadãos e cidadãs, considerando seus extratos sociais e pertencimento geracional, fazem a respeito do papel desempenhado pela escola e pelas certificações por ela expedidas no enfrentamento e superação das desigualdades sociais e econômicas. A maneira como as famílias interpretam essa função da escola, com maior ou menor potência de transformação das suas condições concretas de vida e realização de projetos de futuro, molda as estratégias de alongamento da escolarização e inserção profissional levadas à cabo pelo grupo familiar. No mesmo sentido, será a crença ou descrença no retorno dos investimentos escolares (muitas vezes feitos com enormes sacrifícios individuais e coletivos), em termos de acesso a um posto de trabalho compatível com tais esforços. Acreditamos, assim, que esse encontro entre as expectativas formadas pelo alongamento da escolarização e as oportunidades concretas dos mercados de trabalho tem a força de “calibrar” a disposição, a indisposição ou mesmo a repulsa ao jogo proposto pela democracia representativa. Resta-nos, portanto, a pergunta sobre o futuro deste modelo de democracia representativa e da escola por ela sustentada em uma sociedade que tende, cada vez mais, à precarização de salários e condições de trabalho, além da desregulamentação do mercado de trabalho.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BOBBIO, Noberto. *O futuro da democracia*. São Paulo: Paz e Terra, 2000.
- BOBBIO, Noberto. *Esquerda e direita – razões e significados de uma distinção política*. São Paulo: Editora da Unesp, 2011.
- CARVALHO-SILVA, Hamilton Harley de; TOMIZAKI, Kimi. Os aprendizados da luta política: trajetórias militantes das mulheres no MTST. *Linhas Críticas*, Brasília, v. 27, [s. n.], p. e36690, 2021. Disponível em <https://periodicos.unb.br/index.php/linhascriticas/article/view/36690>. Acesso em 10 mar. 2025.
- DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. *A nova razão do mundo – Ensaio sobre a sociedade neoliberal*. São Paulo: Boitempo, 2016.
- FUKS, Mario; CASALECCHI, Gabriel Ávila; RIBEIRO, Ednaldo Aparecido. Determinantes contextuais da coesão do sistema de crenças democrático: evidências a partir da América Latina. *Revista Brasileira de Ciência Política*, Brasília, n. 28, p. 7-32, jan./abr. 2019. Disponível em <https://www.scielo.br/j/rbcpol/a/JNzWL5bD7JfCzP9LftMRdvd/?lang=pt>. Acesso em 03 fev. 2025.
- FUKS, Mario *et al.* Qualificando a adesão à democracia no Brasil: quão democráticos são os democratas brasileiros? *Revista Brasileira de Ciência Política*, Brasília, v. 19, [s. n.], p. 199-219, jan./abr. 2016. Disponível em <https://doi.org/10.1590/0103-335220161908>. Acesso em 03 fev. 2025.
- GIMENES, Éder Rodrigo; BORBA, Julian. Adesão à democracia e apartidarismo na América Latina: análise multidimensional. *Revista Mediações (UEL)*, Londrina, v. 24, n. 3, p. 167-183, set./dez. 2019. Disponível em <https://ojs.uel.br/revistas/uel/index.php/mediacoes/article/view/36408>. Acesso em 03 fev. 2025.

- IHL, Olivier. Socialisation et événements politiques. *Revue française de science politique*, Paris, v. 52, n. 2-3, p. 125-144, 2002. Disponível em https://www.persee.fr/doc/rfsp_0035-2950_2002_num_52_2_403704. Acesso em 03 fev. 2025.
- LAGROYE, Jacques *et al.* *Sociologie Politique*. Paris: Presses de Sciences PO et Dalloz, 2006.
- MIGUEL, Luis Felipe. *Consenso e conflito na democracia contemporânea*. São Paulo: Editora da Unesp, 2017a.
- MIGUEL, Luis Felipe. Democracia fraturada: o golpe, os limites do arranjo concorrencial e perplexidade da ciência política. In: MIGUEL, Luis Felipe; BIROLI, Flavia (org.). *Encruzilhadas da democracia*. Porto Alegre: Zouk, 2017b. p. 45-65.
- MIGUEL, Luis Felipe. *Democracia na periferia capitalista: impasses do Brasil*. Belo Horizonte: Autêntica, 2022.
- MIGUEL, Luis Felipe. *Desigualdades e Democracia: o debate da teoria política*. São Paulo: Editora da Unesp, 2016.
- MIGUEL, Luis Felipe. A reemergência da direita brasileira. In: SOLANO, Esther. *O ódio como política: reinvenção das direitas no Brasil*. São Paulo: Boitempo, 2018. p. 17-26.
- MUXEL, Anne. Le pluralisme politique à l'épreuve de la vie privée: entre normes et pratiques. *Revue française de sociologie*, Paris, v. 56, [s. n.], p. 735-769, 2015. Disponível em <https://shs.cairn.info/revue-francaise-de-sociologie-2015-4-page-735?lang=fr&tab=sujets-proches>. Acesso em 03 fev. 2025.
- MUXEL, Anne (org.). *La vie privée des convictions: Politique, affectivité, intimité*. Paris: Presses de Science Po, 2014.
- MUXEL, Anne. *Moi, toi et la politique: amour et convictions*. Paris: Seuil, 2008.
- PERCHERON, Annick. *La socialisation politique*. Paris: Armand Colin, 1993.
- PERCHERON, Annick. Le domestique e le politique. Types de familles, modèles d'éducation et transmission des systèmes de normes et d'attitudes entre parents et enfants. *Revue française de science politique*, Paris, 35 anos, n. 5, p. 840-891, 1985. https://www.persee.fr/doc/rfsp_0035-2950_1985_num_35_5_396192. Acesso em 03 fev. 2025.
- PERCHERON, Annick; MUXEL, Anne. Histoires politiques de famille: premières illustrations. *Life Stories/Récits de Vie*, Paris, v. 1, n. 4, p. 59-73, 1988.
- PERCHERON, Annick. Socialisation et tradition: transmission et invention du politique. *Pouvoirs*, Paris, n. 42, p. 43-51, set. 1987. Disponível em <https://revue-pouvoirs.fr/socialisation-et-tradition/>. Acesso em 03 fev. 2025.
- PEUGNY, Camille. La dynamique générationnelle de la mobilité sociale. *Idées Économiques et Sociales*, Paris, v. 1, n. 175, p. 18-24, 2014. Disponível em https://www.academia.edu/13237709/La_dynamique_g%C3%A9n%C3%A9rationnelle_de_la_mobil%C3%A9_sociale. Acesso em 03 fev. 2025.
- PEUGNY, Camille. La mobilité sociale descendante et ses conséquences politiques: recomposition de l'univers de valeurs et préférence partisane. *Revue Française de Sociologie*, Paris, v. 47, n. 3, p. 443-478, 2006. Disponível em <https://shs.cairn.info/revue-francaise-de-sociologie-1-2006-3-page-443?lang=fr>. Acesso em 03 fev. 2025.

PEUGNY, Camille. Repenser les inégalités entre générations. *Revue Française de Sociologie*, Paris, v. 54, n. 4, p. 641-662, 2013. Disponível em <https://shs.cairn.info/revue-francaise-de-sociologie-2013-4-page-641?lang=fr>. Acesso em 03 fev. 2025.

RIBEIRO, Carlos Antônio Costa. Mobilidade e Estrutura de Classes no Brasil Contemporâneo. *Sociologias*, Porto Alegre, v. 16, n. 37, p. 178-217, 2014. Disponível em <https://doi.org/10.1590/15174522-016003711>. Acesso em 03 fev. 2025.

RIBEIRO, Carlos Antônio Costa. Quatro Décadas de Mobilidade Social no Brasil. *DADOS – Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, v. 55, n. 3, p. 641-679, 2012. Disponível em <https://doi.org/10.1590/S0011-52582012000300003>. Acesso em 03 fev. 2025.

SCHLEGEL, Rogério. A Educação Brasileira e seus Retornos Políticos Decrescentes. In: MOISÉS, José Álvaro; MENEGHELLO, Rachel (org.). *A Desconfiança Política e os seus Impactos na Qualidade da Democracia*. 01ed. São Paulo: Edusp, 2013, v. 01, p. 175-198.

SCHLEGEL, Rogério. *Educação e comportamento político*. Os retornos decrescentes da escolarização brasileira recente. 325 f. (Tese), Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Doutorado em Ciência Política, da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010. Disponível em <https://teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8131/tde-14102010-105934/pt-br.php>. Acesso em 03 fev. 2025.

SCHLEGEL, Rogerio. Impactos políticos da educação: da aposta no novo cidadão à eleição de Bolsonaro. *Educação & Sociedade*, Campinas, v. 42, [s. n.], e240566, fev. 2021. Disponível em <https://doi.org/10.1590/ES.240566>. Acesso em 03 fev. 2025.

TOMIZAKI, Kimi; CARVALHO-SILVA, Hamilton Harley de; SILVA, Maria Gilvania Valdivino. Socialização política e politização entre famílias do movimento dos trabalhadores. *Educação & Sociedade*, Campinas, v. 37, n. 137, p. 935-954, out./dez. 2016. Disponível em <https://doi.org/10.1590/ES0101-73302016166488>. Acesso em 10 mar. 2025.

TOMIZAKI, Kimi; SILVA, Maria Gilvania Valdivino. Dinâmica geracional, posições sociais e comportamento político. *Educação & Sociedade*, Campinas, v. 42, [s. n.], p. e242003, 2021. Disponível em https://doi.org/10.1590/ES.242003_PT. Acesso em 10 mar. 2025

WEFFORT, Francisco. *Por que democracia*. São Paulo: Brasiliense, 1984.

Submetido em outubro de 2024
Aprovado em março de 2025

Informações da autora

Kimi Tomizaki
Universidade de São Paulo (USP)
E-mail: kimi@usp.br
ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-8804-8188>
Link Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6681809582902921>